



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 20 de dezembro de 2021 Número 244

ÍNDICE

SUPLEMENTO

PARTE C

Finanças

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais:

Despacho n.º 12408-A/2021:

Aprova as tabelas de retenção na fonte, para vigorarem durante o ano de 2022, para os titulares de rendimentos do trabalho dependente e de pensões residentes na Região Autónoma dos Açores 318-(2)

Cultura

Direção-Geral das Artes:

Aviso (extrato) n.º 23475-A/2021:

Abertura de concurso para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio em Parceria — Arte e Envelhecimento Ativo 318-(13)

Aviso (extrato) n.º 23475-B/2021:

Abertura de procedimento simplificado para apresentação de candidaturas no Programa de Apoio a Projetos 318-(14)

PARTE J2

Universidade de Lisboa

Faculdade de Medicina:

Despacho n.º 12408-B/2021:

Alteração excecional do posicionamento remuneratório por opção gestonária de vários trabalhadores. 318-(15)

FINANÇAS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais

Despacho n.º 12408-A/2021

Sumário: Aprova as tabelas de retenção na fonte, para vigorarem durante o ano de 2022, para os titulares de rendimentos do trabalho dependente e de pensões residentes na Região Autónoma dos Açores.

Em execução do disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), bem como do disposto no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, na redação conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio, são aprovadas as tabelas de retenção a que se referem os artigos 99.º-C e 99.º-D do Código do IRS, a aplicar em 2022, para os titulares de rendimentos do trabalho dependente e de pensões residentes na Região Autónoma dos Açores. A atualização da remuneração mínima mensal garantida, que atualmente é o referencial para aplicação do mínimo de existência, obriga ao ajustamento das tabelas de retenção na fonte de IRS para 2022, permitindo que um maior número de contribuintes fique dispensado ou veja reduzido o pagamento deste imposto.

Paralelamente, o Governo dá continuidade ao ajustamento progressivo entre as retenções na fonte e o valor do imposto a pagar, que se mostra particularmente necessário nas tabelas relativas ao trabalho dependente (casado e não casado), uma vez que as tabelas relativas às pensões — à semelhança do que já hoje acontece com as tabelas relativas aos rendimentos das pessoas com deficiência — já se encontram ajustadas entre o imposto retido e o imposto devido.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 99.º-F do Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, na sua redação atual, ouvido o Governo da Região Autónoma dos Açores, o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais determina o seguinte:

1 — São aprovadas as seguintes tabelas de retenção na fonte, em euros, para vigorarem durante o ano de 2022:

a) Tabelas de retenção n.ºs I (não casado), II (casado, único titular) e III (casado, dois titulares), sobre rendimentos do trabalho dependente, auferidos por titulares não deficientes e em cuja aplicação deve observar-se o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 99.º, no n.º 1 do artigo 99.º-B e no artigo 99.º-C do Código do IRS;

b) Tabelas de retenção n.ºs IV (não casado), V (casado, único titular) e VI (casado, dois titulares) sobre rendimentos do trabalho dependente, auferidos por titulares deficientes a aplicar de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 99.º-B do Código do IRS, tomando-se igualmente em consideração a alínea a) do n.º 1 do artigo 99.º, o n.º 1 do artigo 99.º-B e o artigo 99.º-C do mesmo diploma;

c) Tabela de retenção n.º VII sobre pensões, com exceção das pensões de alimentos, auferidas por titulares não deficientes, a aplicar de harmonia com o disposto no artigo 99.º-D do Código do IRS;

d) Tabela de retenção n.º VIII sobre pensões, com exceção das pensões de alimentos, auferidas por titulares deficientes, a aplicar de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 99.º-B do Código do IRS, tomando-se igualmente em consideração o artigo 99.º-D do mesmo diploma; e

e) Tabela de retenção n.º IX sobre pensões, com exceção das pensões de alimentos, auferidas por titulares deficientes das Forças Armadas abrangidas pelos Decretos-Leis n.ºs 43/76, de 20 de janeiro, e 314/90, de 13 de outubro, a aplicar de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 99.º-B do Código do IRS, tomando-se igualmente em consideração o artigo 99.º-D do mesmo diploma.

2 — As tabelas de retenção a que se refere o número anterior aplicam-se aos rendimentos a que se reportam, pagos ou colocados à disposição de titulares residentes na Região Autónoma dos Açores, devendo ainda observar-se o seguinte:

a) Cada dependente com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60 % equivale, para efeitos de retenção na fonte, a cinco dependentes não deficientes;

b) Na situação de «casado único titular», o cônjuge que não auferindo rendimentos das categorias A ou H, seja portador de deficiência que lhe confira um grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60 %, equivale, para efeitos de retenção na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente auferidos pelo outro cônjuge, a cinco dependentes não deficientes;

c) Na situação de «casado único titular», sendo o cônjuge, que não auferir rendimentos das categorias A ou H, portador de deficiência que lhe confira um grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60 %, a taxa de retenção na fonte a aplicar aos rendimentos de pensões auferidos pelo outro cônjuge deve ser reduzida em um ponto percentual;

d) Na aplicação das tabelas VII a IX, quando existirem dependentes a cargo, a taxa de retenção na fonte a aplicar aos rendimentos de pensões, após aplicação, sendo caso disso, da regra da alínea anterior, é reduzida em meio ponto percentual por cada dependente a cargo, sendo ainda aplicável o disposto na alínea a) na situação aí prevista.

3 — As tabelas de retenção respeitantes aos sujeitos passivos casados aplicam-se igualmente às pessoas que, vivendo em união de facto, sejam enquadráveis no artigo 14.º do Código do IRS.

4 — Nas situações de sujeitos passivos casados ou unidos de facto em que um dos cônjuges ou unidos de facto aufera rendimentos da categoria A ou H, as tabelas de retenção «casado, único titular» só são aplicáveis quando o outro cônjuge ou unido de facto não aufera quaisquer rendimentos englobáveis ou, auferindo-os ambos os titulares, o rendimento de um deles seja igual ou superior a 95 % do rendimento englobado.

5 — Para a aferição da adequada tabela de retenção na fonte em cada caso, não relevam os rendimentos não sujeitos a tributação, como seja o subsídio de desemprego, nem os rendimentos sujeitos a taxas especiais ou liberatórias.

6 — A taxa de retenção a aplicar é a que corresponder:

a) Nas tabelas de retenção sobre rendimentos do trabalho dependente, à interseção da linha em que se situar a remuneração com a coluna correspondente ao número de dependentes a cargo;

b) Nas tabelas de retenção sobre pensões, à interseção da linha em que se situar o montante da pensão com a coluna correspondente à situação pessoal.

7 — A taxa de remuneração de retenção na fonte ou pagamento por conta excessivos, bem como a taxa de juros indemnizatórios por atraso na restituição do imposto retido ou pago em excesso, são as estabelecidas nos artigos 102.º-A e 102.º-B do Código do IRS, respetivamente.

8 — As tabelas de retenção na fonte a que se refere o n.º 1 aplicam-se aos rendimentos de trabalho dependente e de pensões pagos ou colocados à disposição após a entrada em vigor do presente despacho, nos termos do n.º 2 do artigo 99.º-F do Código do IRS.

9 — Nas situações em que o processamento dos rendimentos foi efetuado em data anterior à da entrada em vigor das novas tabelas de retenção na fonte de IRS e o pagamento ou a colocação à disposição venha a ocorrer já na sua vigência, no decurso do mês de janeiro, devem as entidades devedoras ou pagadoras proceder, até final do mês de fevereiro de 2022, aos acertos decorrentes da aplicação àqueles rendimentos das novas tabelas de 2022.

10 — A não entrega, total ou parcial, nos cofres do Estado das quantias referidas nos números anteriores constitui infração fiscal nos termos da lei, sem prejuízo da responsabilidade do substituto pelos juros compensatórios devidos desde o termo do prazo de entrega até ao termo do prazo para apresentação da declaração pelo responsável originário ou até à data da entrega do imposto retido, se anterior.

11 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

14 de dezembro de 2021. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, *António Mendonça Mendes*.



Tabelas de retenção na fonte para a Região Autónoma dos Açores — 2022

TABELA I

Trabalho dependente

Não casado

Remuneração Mensal Euros	Número de dependentes					
	0	1	2	3	4	5 ou mais
Até 741,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 756,00	1,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 777,00	3,2%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 792,00	4,4%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 855,00	5,5%	3,1%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 922,00	7,0%	4,6%	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Até 1.005,00	7,9%	5,5%	3,8%	0,8%	0,0%	0,0%
Até 1.065,00	8,5%	6,2%	4,6%	2,3%	0,0%	0,0%
Até 1.143,00	9,2%	7,5%	5,8%	3,5%	1,8%	0,0%
Até 1.225,00	9,9%	8,3%	6,5%	4,3%	2,5%	0,7%
Até 1.321,00	10,6%	9,0%	7,4%	4,9%	3,2%	1,5%
Até 1.424,00	11,3%	9,7%	8,0%	5,6%	4,6%	2,8%
Até 1.562,00	12,0%	10,4%	8,6%	7,0%	5,3%	3,5%
Até 1.711,00	13,0%	11,4%	10,4%	8,0%	6,2%	4,6%
Até 1.870,00	13,9%	12,7%	12,1%	10,2%	8,8%	8,2%
Até 1.977,00	14,6%	13,5%	12,7%	10,9%	10,2%	8,8%
Até 2.090,00	15,3%	14,1%	13,4%	11,5%	10,9%	9,5%
Até 2.218,00	16,0%	14,9%	14,2%	12,3%	11,6%	10,2%
Até 2.367,00	16,7%	15,5%	14,9%	13,0%	12,3%	10,9%
Até 2.535,00	17,4%	16,9%	15,5%	14,3%	13,0%	12,3%
Até 2.767,00	18,1%	17,6%	16,3%	15,0%	13,6%	13,0%
Até 3.104,00	18,9%	18,5%	17,2%	15,8%	14,4%	13,7%
Até 3.534,00	20,0%	19,8%	18,8%	17,6%	17,2%	16,1%
Até 4.118,00	20,8%	20,7%	19,4%	18,3%	17,9%	17,5%
Até 4.650,00	22,0%	21,7%	20,6%	19,3%	18,9%	18,6%
Até 5.194,00	22,6%	22,3%	21,9%	20,2%	19,6%	19,2%
Até 5.880,00	23,3%	23,0%	22,5%	20,9%	20,4%	19,9%
Até 6.727,00	24,7%	24,4%	23,9%	22,5%	22,3%	22,1%
Até 7.939,00	25,4%	25,1%	24,9%	23,9%	23,0%	22,7%
Até 9.560,00	26,7%	26,5%	26,2%	25,3%	25,1%	24,1%
Até 11.282,00	27,4%	27,2%	26,9%	26,3%	25,7%	24,8%
Até 18.854,00	28,1%	27,9%	27,6%	27,0%	26,7%	25,5%
Até 20.221,00	28,8%	28,6%	28,3%	27,7%	27,4%	26,1%
Até 22.749,00	29,3%	29,2%	29,0%	28,4%	28,1%	27,0%
Até 25.276,00	30,0%	29,9%	29,6%	29,0%	28,8%	27,8%
Superior a 25.276,00	30,7%	30,5%	30,3%	29,7%	29,4%	28,5%



TABELA II

Trabalho dependente

Casado único titular

Remuneração Mensal Euros		Número de dependentes					
		0	1	2	3	4	5 ou mais
Até	745,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	777,00	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	792,00	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	834,00	3,3%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	878,00	3,8%	1,2%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	886,00	4,5%	2,6%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	974,00	5,0%	3,2%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.081,00	5,9%	3,9%	2,7%	0,7%	0,0%	0,0%
Até	1.225,00	6,7%	5,0%	3,4%	1,4%	0,0%	0,0%
Até	1.404,00	7,8%	6,5%	5,1%	3,2%	1,8%	1,2%
Até	1.629,00	8,6%	7,3%	5,9%	4,5%	3,3%	1,9%
Até	1.733,00	9,7%	8,4%	7,7%	5,6%	4,2%	3,6%
Até	1.849,00	10,4%	9,3%	8,7%	6,6%	5,3%	4,7%
Até	1.998,00	11,1%	9,9%	9,3%	7,3%	6,8%	5,4%
Até	2.157,00	12,2%	11,0%	10,4%	8,4%	7,8%	6,5%
Até	2.347,00	13,0%	12,5%	11,2%	9,1%	8,5%	7,2%
Até	2.566,00	13,8%	13,2%	11,9%	10,7%	9,3%	8,8%
Até	2.934,00	14,6%	14,1%	12,7%	11,3%	10,1%	9,5%
Até	3.356,00	17,0%	16,9%	15,7%	14,5%	13,5%	13,2%
Até	3.611,00	17,7%	17,6%	16,6%	15,3%	15,0%	13,9%
Até	3.882,00	18,5%	18,4%	17,4%	16,3%	15,8%	14,7%
Até	4.210,00	19,3%	19,2%	18,1%	17,1%	16,8%	16,3%
Até	4.604,00	20,5%	20,0%	18,9%	17,8%	17,5%	17,2%
Até	5.076,00	21,3%	20,8%	20,5%	18,6%	18,3%	18,0%
Até	5.654,00	22,0%	21,5%	21,3%	19,4%	19,1%	18,7%
Até	6.381,00	22,8%	22,3%	22,0%	20,2%	19,8%	19,5%
Até	7.323,00	23,8%	23,7%	23,4%	21,6%	21,5%	21,4%
Até	8.441,00	24,6%	24,5%	24,3%	23,2%	22,2%	22,1%
Até	9.336,00	25,7%	25,6%	25,5%	24,6%	23,4%	23,3%
Até	10.448,00	26,5%	26,4%	26,2%	25,4%	25,2%	24,0%
Até	14.013,00	27,5%	27,4%	27,0%	26,1%	25,9%	25,0%
Até	20.118,00	29,1%	29,0%	29,0%	28,1%	27,9%	27,0%
Até	22.749,00	29,8%	29,8%	29,7%	29,2%	28,7%	27,8%
Até	25.276,00	30,6%	30,6%	30,5%	29,9%	29,8%	28,6%
Até	28.309,00	31,4%	31,4%	31,3%	30,7%	30,6%	29,6%
Superior a	28.309,00	32,2%	32,2%	32,1%	31,5%	31,4%	30,4%



TABELA III

Trabalho dependente

Casado dois titulares

Remuneração Mensal Euros		Número de dependentes					
		0	1	2	3	4	5 ou mais
Até	741,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	756,00	1,3%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	777,00	3,2%	2,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	792,00	4,4%	2,6%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	855,00	5,5%	3,5%	2,2%	1,6%	0,3%	0,0%
Até	922,00	7,0%	5,1%	4,4%	2,6%	2,0%	0,7%
Até	1.005,00	7,9%	6,0%	5,4%	3,5%	3,0%	2,0%
Até	1.065,00	8,5%	6,7%	6,0%	4,2%	3,4%	2,7%
Até	1.143,00	9,2%	8,0%	7,4%	5,5%	5,0%	3,7%
Até	1.225,00	9,9%	8,7%	8,1%	6,2%	5,6%	4,4%
Até	1.321,00	10,6%	10,1%	8,8%	7,5%	6,3%	5,7%
Até	1.424,00	11,3%	10,7%	9,5%	8,3%	7,0%	6,4%
Até	1.562,00	12,0%	11,5%	10,2%	9,0%	7,8%	7,1%
Até	1.711,00	13,0%	12,4%	11,3%	10,0%	9,4%	8,2%
Até	1.870,00	13,9%	13,5%	12,3%	11,2%	10,6%	9,5%
Até	1.977,00	14,6%	14,3%	13,0%	11,8%	11,3%	10,2%
Até	2.090,00	15,3%	15,0%	13,7%	12,4%	11,9%	11,4%
Até	2.218,00	16,0%	15,6%	14,5%	13,2%	12,5%	12,1%
Até	2.367,00	16,7%	16,4%	15,8%	13,9%	13,4%	12,7%
Até	2.535,00	17,4%	17,1%	16,5%	14,7%	14,1%	13,6%
Até	2.767,00	18,0%	17,6%	17,2%	15,3%	14,8%	14,3%
Até	3.104,00	18,8%	18,6%	18,0%	16,2%	15,6%	15,1%
Até	3.534,00	20,0%	19,9%	19,6%	18,0%	17,7%	17,4%
Até	4.118,00	20,7%	20,7%	20,3%	19,3%	18,4%	18,1%
Até	4.650,00	22,0%	21,8%	21,5%	20,3%	19,4%	19,1%
Até	5.194,00	22,6%	22,4%	22,1%	21,2%	20,7%	19,8%
Até	5.880,00	23,3%	23,1%	22,8%	21,9%	21,6%	20,4%
Até	6.727,00	24,6%	24,5%	24,2%	23,7%	23,5%	23,4%
Até	7.939,00	25,3%	25,2%	25,1%	24,3%	24,2%	24,1%
Até	9.560,00	26,7%	26,5%	26,4%	25,6%	25,5%	25,4%
Até	11.282,00	27,4%	27,2%	27,1%	26,6%	26,2%	26,0%
Até	18.854,00	28,1%	27,9%	27,8%	27,3%	27,2%	26,7%
Até	20.221,00	28,8%	28,6%	28,5%	28,0%	27,9%	27,4%
Até	22.749,00	29,3%	29,2%	29,1%	28,7%	28,6%	28,3%
Até	25.276,00	30,0%	29,9%	29,8%	29,3%	29,2%	29,1%
Superior a	25.276,00	30,7%	30,6%	30,5%	30,0%	29,9%	29,8%



TABELA IV

Trabalho dependente

Não casado — Deficiente

Remuneração Mensal Euros		Número de dependentes					
		0	1	2	3	4	5 ou mais
Até	1.310,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.414,00	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.455,00	2,9%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.639,00	3,6%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.956,00	4,6%	3,3%	2,6%	0,1%	0,0%	0,0%
Até	2.079,00	5,6%	4,3%	3,6%	1,5%	0,8%	0,0%
Até	2.213,00	6,9%	5,0%	4,3%	2,9%	1,5%	0,8%
Até	2.314,00	8,6%	6,7%	5,3%	4,0%	2,6%	1,9%
Até	2.479,00	10,0%	8,1%	6,7%	5,3%	4,1%	2,6%
Até	2.561,00	10,6%	9,4%	8,1%	6,7%	4,7%	4,1%
Até	2.663,00	11,4%	10,1%	8,7%	7,4%	6,0%	5,3%
Até	2.929,00	12,0%	10,8%	9,4%	8,1%	7,4%	6,7%
Até	3.247,00	12,8%	11,8%	10,7%	9,7%	9,2%	8,8%
Até	3.585,00	13,7%	12,6%	11,6%	10,4%	10,0%	9,6%
Até	3.718,00	14,4%	13,4%	12,9%	11,1%	10,7%	10,3%
Até	3.933,00	15,1%	14,1%	13,7%	11,8%	11,4%	11,0%
Até	4.353,00	16,4%	15,5%	15,1%	13,3%	12,7%	12,3%
Até	4.620,00	17,1%	16,2%	15,8%	14,0%	13,6%	13,0%
Até	4.916,00	17,8%	16,9%	16,5%	14,7%	14,3%	13,9%
Até	5.204,00	18,5%	17,6%	17,2%	15,4%	15,0%	14,6%
Até	5.634,00	19,1%	18,3%	17,9%	16,7%	15,6%	15,3%
Até	6.064,00	20,2%	19,3%	18,9%	17,8%	16,7%	16,2%
Até	6.768,00	20,8%	20,1%	19,8%	18,9%	17,9%	17,6%
Até	7.236,00	21,5%	20,9%	20,5%	19,5%	18,6%	18,3%
Até	7.817,00	22,2%	21,6%	21,3%	20,2%	20,0%	19,0%
Até	8.500,00	22,8%	22,3%	22,0%	21,0%	20,3%	19,7%
Até	9.284,00	23,5%	22,9%	22,6%	21,7%	20,7%	20,4%
Até	10.018,00	24,6%	23,9%	23,7%	22,7%	22,4%	21,5%
Até	12.535,00	25,3%	24,6%	24,4%	23,4%	23,1%	22,2%
Superior a	12.535,00	25,9%	25,3%	25,1%	24,1%	23,8%	22,8%



TABELA V

Trabalho dependente

Casado único titular — Deficiente

Remuneração Mensal Euros		Número de dependentes					
		0	1	2	3	4	5 ou mais
Até	1.650,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.753,00	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.905,00	2,6%	0,7%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.972,00	3,3%	2,1%	1,5%	0,3%	0,0%	0,0%
Até	2.342,00	4,0%	3,5%	2,2%	1,0%	0,0%	0,0%
Até	2.520,00	4,6%	4,2%	2,9%	1,7%	0,4%	0,0%
Até	2.767,00	6,0%	5,5%	4,3%	3,1%	2,5%	1,3%
Até	2.971,00	6,7%	6,2%	5,0%	3,8%	3,2%	2,0%
Até	3.186,00	7,7%	7,2%	6,0%	4,8%	4,3%	3,0%
Até	3.356,00	8,5%	8,3%	7,4%	6,4%	6,1%	5,8%
Até	3.513,00	9,5%	9,5%	8,4%	7,4%	7,1%	6,9%
Até	3.616,00	10,2%	10,2%	9,9%	8,1%	7,8%	7,6%
Até	3.826,00	10,9%	10,9%	10,6%	8,9%	8,5%	8,3%
Até	3.933,00	11,6%	11,6%	11,3%	9,6%	9,3%	8,9%
Até	4.251,00	12,3%	12,2%	12,0%	10,3%	10,0%	9,7%
Até	4.456,00	13,0%	12,9%	12,6%	11,0%	10,7%	10,4%
Até	4.891,00	13,7%	13,6%	13,3%	11,7%	11,4%	11,1%
Até	5.316,00	14,4%	14,3%	14,0%	12,3%	12,0%	11,8%
Até	5.526,00	15,1%	15,0%	14,7%	13,7%	12,7%	12,5%
Até	5.961,00	15,7%	15,6%	15,4%	14,4%	13,4%	13,2%
Até	6.274,00	16,4%	16,3%	16,0%	15,1%	14,1%	13,9%
Até	6.858,00	17,3%	17,2%	17,2%	16,2%	15,4%	15,3%
Até	7.385,00	18,0%	17,9%	17,9%	17,0%	16,7%	15,9%
Até	8.224,00	18,7%	18,6%	18,6%	17,7%	17,6%	16,6%
Até	9.178,00	19,3%	19,3%	19,2%	18,4%	18,3%	17,4%
Até	10.232,00	20,4%	20,3%	20,2%	19,4%	19,3%	18,5%
Até	11.287,00	21,0%	20,9%	20,9%	20,1%	20,0%	19,1%
Até	13.008,00	22,1%	22,0%	21,9%	21,1%	20,9%	20,2%
Superior a	13.008,00	22,7%	22,6%	22,5%	21,8%	21,6%	20,8%



TABELA VI

Trabalho dependente

Casado dois titulares — Deficiente

Remuneração Mensal Euros		Número de dependentes					
		0	1	2	3	4	5 ou mais
Até	1.310,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.414,00	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.455,00	2,5%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.639,00	3,2%	2,7%	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Até	1.956,00	4,6%	4,1%	2,9%	1,6%	1,1%	0,0%
Até	2.079,00	5,6%	5,2%	3,9%	2,7%	2,1%	1,5%
Até	2.213,00	6,9%	5,8%	5,3%	4,0%	2,8%	2,2%
Até	2.314,00	8,6%	7,5%	6,3%	5,1%	4,5%	3,9%
Até	2.479,00	10,0%	8,8%	7,6%	6,4%	5,2%	4,6%
Até	2.561,00	10,6%	9,5%	9,0%	7,8%	6,6%	6,0%
Até	2.663,00	11,4%	10,2%	9,7%	8,5%	7,3%	6,7%
Até	2.929,00	12,0%	10,9%	10,4%	9,2%	8,0%	7,4%
Até	3.247,00	12,8%	12,0%	11,7%	10,7%	9,8%	9,5%
Até	3.585,00	13,7%	12,7%	12,5%	11,6%	10,6%	10,3%
Até	3.718,00	14,4%	13,6%	13,2%	12,2%	12,0%	11,0%
Até	3.933,00	15,1%	14,3%	14,0%	12,9%	12,6%	11,7%
Até	4.353,00	16,0%	15,3%	15,1%	14,1%	13,7%	12,7%
Até	4.620,00	16,7%	16,0%	15,7%	14,8%	14,5%	14,1%
Até	4.916,00	17,4%	16,7%	16,4%	15,5%	15,2%	14,9%
Até	5.204,00	18,1%	17,4%	17,1%	16,1%	15,8%	15,5%
Até	5.634,00	18,8%	18,1%	17,8%	16,8%	16,5%	16,2%
Até	6.064,00	19,8%	19,0%	18,8%	17,9%	17,6%	17,3%
Até	6.768,00	20,8%	20,2%	20,1%	19,3%	19,1%	19,0%
Até	7.236,00	21,5%	21,0%	20,7%	20,0%	19,8%	19,7%
Até	7.817,00	22,2%	21,7%	21,6%	20,6%	20,5%	20,4%
Até	8.500,00	22,8%	22,3%	22,3%	21,4%	21,1%	21,0%
Até	9.284,00	23,5%	23,0%	22,9%	22,1%	22,0%	21,7%
Até	10.018,00	24,6%	24,1%	23,9%	23,1%	23,0%	22,8%
Até	12.535,00	25,3%	24,8%	24,6%	23,8%	23,7%	23,5%
Superior a	12.535,00	25,9%	25,5%	25,3%	24,5%	24,4%	24,2%



TABELA VII

Pensões

Remuneração Mensal Euros		Casado dois titulares / Não casado	Casado único titular
Até	741,00	0,0%	0,0%
Até	756,00	2,8%	0,6%
Até	777,00	2,8%	0,6%
Até	792,00	2,8%	0,6%
Até	855,00	4,0%	1,9%
Até	915,00	5,6%	3,6%
Até	979,00	6,3%	3,6%
Até	1.052,00	6,8%	3,9%
Até	1.080,00	7,5%	4,2%
Até	1.161,00	8,3%	6,0%
Até	1.230,00	9,0%	6,0%
Até	1.328,00	9,7%	6,7%
Até	1.429,00	10,4%	7,4%
Até	1.557,00	11,1%	8,1%
Até	1.687,00	11,8%	9,1%
Até	1.766,00	12,3%	9,8%
Até	1.864,00	12,5%	10,2%
Até	1.963,00	13,9%	10,9%
Até	2.082,00	14,6%	11,5%
Até	2.212,00	15,6%	12,3%
Até	2.359,00	16,3%	12,3%
Até	2.489,00	16,7%	13,0%
Até	2.566,00	17,8%	13,0%
Até	2.705,00	18,5%	13,7%
Até	2.870,00	19,2%	14,7%
Até	3.062,00	20,0%	15,9%
Até	3.210,00	21,2%	16,7%
Até	3.412,00	21,9%	17,4%
Até	3.641,00	22,6%	18,8%
Até	3.901,00	23,0%	19,2%
Até	4.170,00	23,3%	19,2%
Até	4.419,00	23,7%	19,2%
Até	4.667,00	24,4%	19,9%
Até	4.954,00	25,4%	20,9%
Até	5.367,00	26,1%	21,6%
Até	7.247,00	26,8%	22,3%
Até	7.568,00	27,5%	23,0%
Até	8.704,00	27,5%	23,7%
Superior a	8.704,00	27,9%	24,0%



TABELA VIII

Rendimentos de pensões

Titulares deficientes

Remuneração Mensal Euros		Casado dois titulares / Não casado	Casado único titular
Até	1.414,00	0,0%	0,0%
Até	1.610,00	1,3%	0,0%
Até	1.648,00	2,7%	0,0%
Até	1.845,00	4,1%	2,7%
Até	1.913,00	4,9%	3,1%
Até	2.012,00	6,0%	3,9%
Até	2.111,00	7,0%	4,2%
Até	2.257,00	8,1%	4,2%
Até	2.357,00	9,2%	4,7%
Até	2.453,00	10,0%	5,1%
Até	2.492,00	11,1%	5,1%
Até	2.683,00	11,9%	6,6%
Até	2.780,00	12,6%	8,9%
Até	2.875,00	13,4%	9,7%
Até	2.972,00	13,8%	9,7%
Até	3.067,00	14,5%	10,4%
Até	3.163,00	15,4%	11,1%
Até	3.258,00	15,9%	12,0%
Até	3.450,00	16,8%	13,3%
Até	3.641,00	17,2%	13,7%
Até	3.833,00	18,0%	14,5%
Até	4.026,00	18,0%	14,5%
Superior a	4.026,00	19,2%	15,6%



TABELA IX

Rendimentos de pensões

Titulares deficientes das Forças Armadas

Remuneração Mensal Euros		Casado dois titulares / Não casado	Casado único titular
Até	1.414,00	0,0%	0,0%
Até	1.610,00	0,9%	0,0%
Até	1.648,00	2,7%	0,0%
Até	1.845,00	4,1%	2,4%
Até	1.913,00	4,9%	3,1%
Até	2.012,00	6,0%	3,1%
Até	2.111,00	6,7%	4,2%
Até	2.257,00	7,8%	4,2%
Até	2.357,00	8,8%	4,7%
Até	2.453,00	9,6%	5,1%
Até	2.492,00	10,7%	5,1%
Até	2.683,00	11,5%	6,6%
Até	2.780,00	12,2%	8,5%
Até	2.875,00	13,0%	9,3%
Até	2.972,00	13,4%	9,3%
Até	3.067,00	14,1%	10,0%
Até	3.163,00	15,0%	10,8%
Até	3.258,00	15,6%	11,6%
Até	3.450,00	16,4%	12,9%
Até	3.641,00	16,8%	13,3%
Até	3.833,00	17,6%	14,1%
Até	4.026,00	18,0%	14,5%
Superior a	4.026,00	18,8%	15,2%

314829492



CULTURA

Direção-Geral das Artes

Aviso (extrato) n.º 23475-A/2021

Sumário: Abertura de concurso para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio em Parceria — Arte e Envelhecimento Ativo.

A Direção-Geral das Artes (DGARTES) torna público, através do presente aviso, a abertura do Programa de Apoio em Parceria — 2021 — Arte e Envelhecimento Ativo, com o montante financeiro global disponível de 350.000 EUR (trezentos e cinquenta mil euros), fixado por despacho da Ministra da Cultura, de 15/12/2021.

O procedimento decorre nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto (Regime de Atribuição de Apoios Financeiros do Estado às Artes), na sua redação atual, do Regulamento aprovado em anexo à Portaria n.º 146/2021, de 13 de julho, do acordo em parceria celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Direção-Geral das Artes, e do respetivo Aviso de Abertura, do qual constam todas as condições aplicáveis, encontrando-se estes dois últimos disponíveis para consulta dos interessados no “Balcão Artes”, em <https://www.dgartes.gov.pt/>.

16 de dezembro de 2021. — O Diretor-Geral, *Américo Rodrigues*.

314828699



CULTURA

Direção-Geral das Artes

Aviso (extrato) n.º 23475-B/2021

Sumário: Abertura de procedimento simplificado para apresentação de candidaturas no Programa de Apoio a Projetos.

A Direção-Geral das Artes (DGARTES) torna público, através do presente aviso, a abertura de procedimento simplificado para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio a Projetos, nos domínios das artes visuais (arquitetura, artes plásticas, design, fotografia e novos media), artes performativas (circo, dança, música, ópera e teatro), artes de rua e cruzamento disciplinar, no montante financeiro global disponível de 480 000 EUR (quatrocentos e oitenta mil euros), fixado por despacho de 15/12/2021, da Ministra da Cultura.

O procedimento decorre nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto (Regime de Atribuição de Apoios Financeiros do Estado às Artes), da Portaria n.º 146/2021, de 13 de julho (Regulamento dos Programas Apoio às Artes) e do respetivo Aviso de Abertura, com todas as condições aplicáveis, que se encontra disponível para consulta dos interessados no «Balcão Artes», em <https://www.dgartes.gov.pt/>.

16 de dezembro de 2021. — O Diretor-Geral, *Américo Rodrigues*.

314828739



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina

Despacho n.º 12408-B/2021

Sumário: Alteração excecional do posicionamento remuneratório por opção gestonária de vários trabalhadores.

**Alteração excecional do posicionamento remuneratório
por opção gestonária de vários trabalhadores**

Com base nas regras previstas pelo Despacho n.º 6/2021 do Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, datado de 18 de janeiro de 2021, onde se determinam as dotações máximas relativas aos encargos com alterações de posicionamento remuneratório;

Considerando que se encontram reunidos os requisitos legais para o efeito, ao abrigo dos artigos 156.º a 158.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Considerando o parecer da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em que foi sufragado o entendimento que as restrições decorrentes do artigo 152.º do decreto-lei de Execução Orçamental (DLEO) de 2019, não se encontram em vigor.

Atendendo ao desempenho exemplar e comportamento inestimável, no exercício das suas funções, dos trabalhadores da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, durante o biénio 2019/2020, acrescido do facto de ter ficado demonstrada a disponibilidade e elevado grau de cumprimento das suas funções, com permanente compromisso com o serviço e um excecional sentido de dever;

Determino a alteração do posicionamento remuneratório, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, dos trabalhadores elencados no anexo ao presente despacho.

ANEXO

Nome completo	Categoria profissional	Posição remuneratória a 01.01.2021	Nível remuneratório a 01.01.2021
Alexandra Maria Chagas Lopes Teixeira	Técnico Superior	6	31
Ana Rita Rebelo Ribeiro Sobral	Técnico Superior	4	23
André Alberto Pinto Fonseca	Técnico Superior	3	19
André Rodrigues Pereira da Silva	Técnico Superior	4	23
Antónia Augusta Pereira Ferreira	Técnico Superior	6	31
Bruno Miguel Durão Fiães	Técnico Informática G1N1	G1	N1E4
Carla Sofia Januário Lopes Catalão	Técnico Superior	6	31
Dina Guerreiro Rodrigues	Técnico Superior	7	35
Dinora Levy	Técnico Superior	3	19
Dolores Cristina Adriano Machado	Técnico Superior	7	35
Dora Isabel Martins Ramos	Assistente Técnico	5	10
Ema Marrucho Galdes	Assistente Técnico	3	8
Gabriela Susana Ricardo Bispo Fernandes	Técnico Superior	3	19
Isabel Maria Costa Aguiar	Técnico Superior	10	45
Isabel Maria F. M. Santos Gonçalves Ramos	Assistente Técnico	8	13
Joana Ferreira de Sousa	Técnico Superior	4	23
João Carlos Guerreiro Paulino	Técnico Superior	6	31
João Carlos Lopes da Ponte	Técnico Informática G2N1	G2	N1E3
João Manuel Pereira Godinho	Técnico Informática G1N2	G1	N2E4
José António Vila Chã	Assistente Operacional	9	9
Lara Sofia Lopes da Ponte	Técnico Superior	5	27
Luís Carlos Gonçalo Monteiro	Técnico Informática G2N1	G2	N1E4
Maria Luísa Mendonça Correia Pires	Assistente Técnico	8	13



Nome completo	Categoria profissional	Posição remuneratória a 01.01.2021	Nível remuneratório a 01.01.2021
Miguel Aires Tinoco Andrade	Técnico Superior	4	23
Nuno Miguel Santos Rodrigues	Técnico Superior	5	27
Paula Alexandra da Silva de Carvalho Belmonte	Assistente Técnico	8	13
Paula Maria Ramos Gomes	Técnico Superior	6	31
Paulo Jorge Mares Caeiro	Técnico Informática G1N1	G1	N1E3
Pedro Miguel Marques Marçal	Técnico Superior	6	31
Pedro Miguel Silveira Mendes	Técnico Superior	4	23
Raquel Mota Viegas dos Santos	Técnico Superior	6	31
Rui Manuel Vieira da Fonseca	Especialista Informática G2N1	G2	N1E3
Rui Miguel dos Santos Gomes	Técnico Superior	5	27
Rui Miguel Madeiras Correia	Técnico Informática G1N1	G1	N1E3
Rui Pedro Faustino Vila	Técnico Informática G1N1	G1	N1E3
Sónia Godinho Barroso	Técnico Superior	6	31
Susana Maria Jerónimo Oliveira Henriques	Técnico Superior	5	27
Vivelinda Maria Guerreiro	Técnico Superior	5	27

13 de dezembro de 2021. — O Diretor, *Prof. Doutor Fausto J. Pinto*.

314820176



II SÉRIE



**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750